



Ementas

2º Semestre de 2018



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Adalberto Martins
<b>Disciplina:</b>	Efetividade das Tutelas Especiais no Direito do Trabalho
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito do Trabalho
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

A disciplina tem por finalidade o estudo e análise dos aspectos que norteiam alguns temas do segmento denominado direito tutelar do trabalho e do meio ambiente do trabalho, de caráter manifestamente intervencionista e permeado por normas de ordem pública, à luz da legislação trabalhista pátria e dos princípios de direito do trabalho, também subministradas pelo direito estrangeiro e jurisprudência dos tribunais, além de temas específicos que se tornaram relevantes no cenário juslaboral, notadamente a partir da Lei n. 13.467/17. Pretende-se a abordagem dos seguintes tópicos:

Princípios de Direito do Trabalho. Renúncia e transação. Eficácia da norma trabalhista no tempo e no espaço. Relações de trabalho e novas tecnologias: o trabalho nas plataformas digitais. Proteção ao trabalho da criança e do adolescente. Contrato de aprendizagem. Contratação de empregado com deficiência. Formas de extinção do contrato de trabalho. Medicina e Segurança do Trabalho. Acidentes do Trabalho e doenças ocupacionais. Responsabilidade civil do empregador em face dos acidentes do trabalho. Meio ambiente do trabalho. Atuação do Ministério Público do Trabalho e ações coletivas na Justiça do Trabalho.

### **Bibliografia Básica:**

- BARROS, Alice Monteiro. Curso de direito do trabalho, São Paulo: Ltr,
- DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho, São Paulo: Ltr.
- MAGANO, Octavio Bueno. Manual de direito do trabalho - direito tutelar do trabalho, São Paulo: Ltr, 1997, vol. IV.
- MANUS, Pedro Paulo Teixeira (org.) e ROMAR, Carla Teresa Martins (org.). Consolidação das Leis do Trabalho com interpretação jurisprudencial, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho, São Paulo: Saraiva.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
<b>Disciplina:</b>	Filosofia do Direito I - A Concepção Clássica de Justiça
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

A disciplina visa compreender o conceito de justiça desde a antiguidade até a modernidade com grande repercussão na era Contemporânea. Trata-se de um estudo dos fluxos e influxos do pensamento filosófico. Não prescindiremos da perspectiva histórica (não linear) e estrutural. Por conta disso, os autores serão estudados em seu contexto histórico-cultural o que facilitará a compreensão de suas propostas sobre a Justiça e o Direito. Em Seminários realizados, pelos alunos, com a assistência do Professor, se procederá à análise estrutural das obras mais significativas dos principais expoentes das diversas correntes jusfilosóficas que se sucedem numa incessante dialética entre o Direito posto e o ideal do Justo.

### **Bibliografia Básica:**

BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico. Tradução de Marcio Pugliesi. São Paulo, Editora Ícone, 1999.

CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz. ENCICLOPÉDIA JURÍDICA PUCSP.  
<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>

DE CICCO, Cláudio. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 2017, 8ª edição revista.

GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.

VILLEY, Michel. A Formação do Pensamento Jurídico Moderno. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2009, 2ª edição.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Nome do Professor:</b>	Antônio Carlos Da Ponte
<b>Disciplina:</b>	Novas formas de criminalidade e Ingerência Penal
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Penal
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

O curso tem como finalidade desenvolver o estudo crítico da Ciência Penal e seu papel em um Estado Democrático de Direito. Abordará os seguintes temas: Funcionalismo penal e suas correntes; Mandados de criminalização; Ingerência penal; Neurociências; Criminalidade organizada; Tráfico de pessoas; Terrorismo; Gestão penal da imigração; e Intolerância Penal.

**Bibliografia Básica:**

ALIX, Julie. Terrorisme et Droit Pénal - Étude critique des incriminations terroristes. Paris, Dalloz, 2010.

CRESPO, Eduardo Demetrio. Fragmentos sobre Neurociencias y Derecho Penal. Buenos Aires, Editorial IBdef, 2017.

GARCÍA, José Ángel Brandariz. Sistema penal y control de los migrantes - Gramática del migrante como infractor penal. Granada, Editorial Comares, 2011.

PONTE, Antonio Carlos da. Crimes Eleitorais. 2ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

----- Inimputabilidade e Processo Penal. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 2012

YACOBUCCI, Guillermo J. El crimen organizado - Desafíos y perspectivas en el marco de la globalización. Buenos Aires, Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma, 2005.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Antônio Márcio da Cunha Guimarães
<b>Disciplina:</b>	Direito do Comércio Internacional - A Nova Lex Mercatoria - Desenvolvimento Econômico e Social
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito das Relações Econômicas Internacionais
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	19h:00 às 23h:00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

A disciplina Direito do Comércio Internacional propiciará aos seus estudantes o aprofundamento nas questões ligadas ao comércio internacional atual, globalizado, dinâmico, moderno e altamente competitivo. Estudaremos os diversos mecanismos à disposição, tanto dos empresários do comércio internacional (- proteção a propriedade industrial, concorrência desleal, etc.), quanto dos próprios países, que interessados em proteger suas exportações e conseqüentemente o fluxo de ingresso de capitais ativando suas economias internas podem se valer, tais como a própria O.M.C., arbitragem internacional, Incoterms da C.C.I. de Paris, entre outros igualmente importantes. O estudo do comércio internacional é relevante na medida em que promove o Desenvolvimento Econômico do país, possibilitando também o seu Desenvolvimento Social e a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

### **Bibliografia Básica:**

GUIMARÃES, Antônio Márcio da Cunha. Contratos Internacionais de Seguros, São Paulo, RT, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Márcio da Cunha. Manual de Direito Internacional - OAB Doutrina, São Paulo, Campus Elsevier, 2009.

MAROTTA, Vicente Rangel. Direito e Relações Internacionais, São Paulo, RT, 7ª ed., 2002.

STRENGER, Irineu. Direito Internacional Privado. São Paulo, Ltr, 5ª ed., 2003.

STRENGER, Irineu. Direito do Comércio Internacional e Lex Mercatoria. São Paulo, Ltr, 1996.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Professor Responsável:</b>	Anselmo Prieto Alvarez
<b>Professor Convidado:</b>	Sérgio Seiji Shimura
<b>Disciplina:</b>	Processo de Conhecimento
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Processual Civil
<b>Dia da semana:</b>	5ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

Análise dos institutos fundamentais do Processo de Conhecimento, na vertente da tutela jurisdicional dos direitos individuais. Estudo da teoria geral do processo, perpassando pelos respectivos pressupostos de desenvolvimento válido do processo, condições e elementos da ação da ótica do novo sistema processual. Exame da postulação judicial e respectivo direito de defesa. Investigação sobre a natureza instrumental do processo, na perspectiva de sua formação, suspensão e extinção. Reflexão a respeito dos vícios das decisões judiciais.

### **Bibliografia**

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de Direito Processual Civil, Saraiva;

NERY JR., Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal, RT;

OLIVEIRA NETO, Olavo de; MEDEIRO NETO, Elias Marques de; OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de. Curso de Direito Processual Civil, vol. 1, 2 e 3, Ed. Verbatim;

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogério Licastro Torres de. Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil, RT;

ALVIM, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR. Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil, RT.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Professor Responsável:</b>	Cassio Scarpinella Bueno
<b>Professores Convidados:</b>	Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim e Teresa Celina Arruda Alvim
<b>Disciplina:</b>	Função dos Tribunais Superiores
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Processual Civil
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

A função dos Tribunais Superiores tem variado ao longo da história. Desempenham ora papel predominantemente nomofilático, ora mais criativo. O NCPC, por meio da disciplina do Recurso Especial, do Recurso Extraordinário, dos Embargos de Divergência e do sistema de Precedentes, permite que reflitamos de maneira intensa sobre a função dos nossos tribunais superiores, à luz da Constituição Federal e do regime democrático, sendo este o objeto da disciplina.

### **Bibliografia Básica:**

ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno. Recurso especial, recurso extraordinário e a nova função dos tribunais superiores no direito brasileiro. São Paulo: RT.

ARRUDA ALVIM, Eduardo; ARRUDA ALVIM, Angélica; ASSIS, Araken de; LEITE, George Salomão. Comentários ao Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015. São Paulo: Saraiva.

BUENO, Cassio Scarpinella (Coord.). Comentários ao Código de Processo Civil (v. 1 a 4). São Paulo: Saraiva.

NERY JR., Nelson. Princípios fundamentais: teoria geral dos recursos. São Paulo: RT.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Celso Fernandes Campilongo
<b>Disciplina:</b>	Teoria Geral do Direito - Ehrlich, Kelsen e Luhmann: Três Conceitos de Direito
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Apresentação dos programas teóricos de Ehrlich, Kelsen e Luhmann para o Direito. Leitura, de uma parte, da centenária polêmica entre Ehrlich e Kelsen sobre o estatuto científico da Jurisprudência e da Sociologia do Direito, e, de outra parte, dos termos em que o debate entre "normativismo" e "sociologismo" é reproposto por Luhmann, no final do século XX.

**Bibliografia Básica:**

Eugen Ehrlich e Hans Kelsen. *Scienza giuridica e sociologia del diritto*. Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1992;

Eugen Ehrlich, Hans Kelsen e Max Weber. *Verso un concetto sociologico di diritto*. Milano, Giuffrè, 2010;

Eugen Ehrlich. *Fundamentos da sociologia do direito*. Brasília, UnB, 1986;

Raffaele De Giorgi, *Ciência do Direito e Legitimação*. Curitiba, Juruá, 2017;

Niklas Luhmann, *O Direito de Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2016.





# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Celso Fernandes Campilongo
<b>Disciplina:</b>	Panorama das Investigações em Filosofia e TGD no Programa de Pós-Graduação da PUC-SP
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Filosofia do Direito
<b>Dia da semana:</b>	Sábado
<b>Horário:</b>	09h00 às 13h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

Apresentação dos programas de investigação, projetos científicos e grupos de pesquisa vinculados ao Núcleo de Filosofia do Direito da PUC-SP. Serão convidados todos os professores que orientam teses e dissertações, integram grupos de pesquisa e oferecem disciplinas no programa. A bibliografia básica será formada por amostra da produção dos docentes do Núcleo. Participarão do curso, por aula, sempre dois professores do Núcleo. Ao final do semestre, os alunos apresentarão trabalhos sobre uma das linhas de pesquisa apresentadas. O coordenador da disciplina participará de todos os encontros.

### **Bibliografia Básica:**

CARVALHO, Paulo de Barros. Derivação e Positivização no Direito Tributário. Volumes I, II e III. São Paulo: Noeses, 2013/2014/2016.

DE CICCO, Cláudio. História do Direito e do Pensamento Jurídico. São Paulo, Editora Saraiva, 2017, 8ª edição.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. Argumentação Jurídica. Barueri: Manole, 2016. Ebook: <https://www.manole.com.br/argumentacao-juridica-2edicao-digital/p>

PUGLIESI, Márcio. Teoria do Direito. São Paulo: Ícone, 2018.

SAYEG, Ricardo Hasson, e BALERA, Wagner. Capitalismo Humanista. Rio de Janeiro: KBR, 2011.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

**Nome do Professor:** Clarice Von Oertzen de Araújo  
**Disciplina:** Filosofia do Direito I - Direito e Pragmatismo  
**Núcleo de Pesquisa:** Todos (Disciplina Obrigatória)  
**Dia da semana:** 3ª feira  
**Horário:** 08h00 às 12h00  
**Semestre:** 2º/2018  
**Créditos correspondentes:** 04  
**Carga horária:** 360 horas  
**Nível:** Mestrado

### **Ementa:**

- Examinar as posições do pragmatismo filosófico e jurídico como uma alternativa às posições ontológicas acerca da verdade na ciência e da justiça na solução dos conflitos jurídicos.
- Verificar as relações entre o pragmatismo filosófico e o pragmatismo jurídico.
- Investigar os conceitos de crença e ação na perspectiva do método pragmatista.
- Esclarecer os ganhos que o silogismo abduutivo é capaz de trazer para o raciocínio jurídico e a aplicação da lei aos casos concretos, a fim de fornecer:
  - a) explicação de fatos que funcionem como provas;
  - b) classificação de fatos relevantes;
  - c) interpretação da intenção do legislador;
  - d) identificação dos princípios jurídicos relevantes;
  - e) formulação da melhor hipótese para a consecução de uma finalidade pretendida.

### **Bibliografia Básica:**

DEWEY, John. Logical Method and Law. The Philosophical Review, vol. 33, nº 6 (Nov., 1924), pp. 560-572.

EISENBERG, José; POGREBINSCHI, Thamy. Pragmatismo, Direito e Política. São Paulo, CEBRAP, Revista Novos Estudos, nº 62, março/2002, p. 107-121.

POSNER, Richard. Problemas de filosofia do Direito. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2007.

REGO, George Browne. O pragmatismo como alternativa à legalidade positivista: o método jurídico-pragmático de Benjamin Natham Cardozo. In Revista DUC In Altum - Caderno de Direito, vol. 1, nº 1, jan/dez de 2009.

TUZET, Giovanni. Legal Abduction. Cognition. São Paulo, v. 6 nº 2, p. 265-284, jul/dez 2005.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Nome do Professor:</b>	Clarissa Ferreira Macedo D`Isep
<b>Disciplina:</b>	Teoria Geral dos Direitos Difusos e Coletivos: análise de fontes e fundamentos jurídicos
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direitos Difusos e Coletivos
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Justificativa: A evolução social, econômica e científica conduziu a um novo contexto: o da sociedade de massa, de economia globalizada e de catástrofes naturais. A ciência jurídica, enquanto instrumentos de pacificação social, e, em era de pós-modernidade, faz emergir os denominados Direitos Difusos e Coletivos que revelam um direito gestor, preventivo e orientador das políticas públicas e da administração privada e da integração participativa da sociedade. Nesse diapasão, é apresentada a Teoria Geral dos Direitos Difusos e Coletivos, que, dotada de princípios próprios e de caráter inovador, reorienta a interpretação dos institutos jurídicos tradicionais, de forma a apontar-lhes novo sentido e alcance.

Objetivos: A disciplina - Teoria Geral dos Direitos Difusos e Coletivos: análise de fontes e fundamentos jurídicos - tem por proposta promover o estudo da interação do Direito com as transformações sociais, econômicas, científicas e ambientais hodiernas. Pretende-se apontar e evidenciar as respostas jurídicas - princípio, institutos e instrumentos - dada a realidade da economia globalizada, e da sociedade de massa em prol da proteção da vida digna e da saúde planetária.

Conteúdo Programático:

1. Fontes e fundamentos dos Direitos Difusos e Coletivos; 2. Princípio do desenvolvimento sustentável: produção limpa, consumo sustentável e a função econômica dos recursos naturais; 3. Princípio da preservação e a gestão privada dos Direitos Difusos e Coletivos; 4. Princípio do usuário-pagador e a gestão pública dos Direitos Difusos e Coletivos; 5. Princípio da precaução e a sociedade de risco: análise da incerteza científica e da certeza jurídica; 6. Princípio da informação e participação: liberdades fundamentais e os direitos sociais na pós-modernidade; 7. Princípio do poluidor-



## **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

PUC-SP

pagador: a natureza sócio econômica da poluição e os danos difusos e os danos difusos e coletivos; 8. Princípio da socialidade: a responsabilidade social em face dos Direitos Difusos e coletivos; 9. Princípio da educação em face dos Direitos Difusos e Coletivos: integração infantil; 10. Princípio da boa-fé: análise do contrato em sede de

Direitos difusos e coletivos; 11. Princípio da dignidade humana, Direitos humanos e os Direitos Difusos e Coletivos; 12. Instrumentos de gestão dos direitos difusos e coletivos; 13. Instrumentos de controle dos Direitos Difusos e Coletivos; 14. Indicadores jurídicos de sustentabilidade: a cidade sustentável e a água sustentável; 15. Ética, cuidado, cidadania, democracia e humanidade na sociedade pós-moderna; 16. Direitos Humanos; 17. Princípio da proibição de retrocesso; 18. Direito Ambiental e Direitos Humanos.

### **Bibliografia Básica:**

1. CALMETTE, Jean-François. La rareté en Droit Public. Paris: L'Harmattan, 2004.
2. D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. NERY JÚNIOR e MEDAUAR, Odete. Nelson. Políticas Públicas Ambientais: estudos em homenagem ao Professor Michel Prieur. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
3. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. 4a. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
4. MARQUES, Claudia Lima; MEDAUAR, Odete e SILVA, Solange Teles da. O novo Direito Administrativo e Urbanístico: estudos em homenagem à Jacqueline Morand-Deville. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.
5. MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 5a ed. São Paulo: Editora Saraiva.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Cláudio de Cicco
<b>Disciplina:</b>	Filosofia do Direito I
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

A disciplina visa comparar a concepção clássica do Direito na Grécia e em Roma com a que se adotou nos Tempos Modernos, com enorme repercussão na Era Contemporânea. Os autores serão abordados em seu contexto histórico-cultural o que facilitará a compreensão de suas ideias sobre a Justiça e o Direito. Em Seminários realizados pelos alunos, com a assistência do Professor, se procederá à análise estrutural das obras mais significativas dos principais expoentes das diversas correntes jusfilosóficas que se sucedem numa incessante dialética entre o Direito posto e o ideal do Justo.

### **Bibliografia Básica:**

DE CICCO, Cláudio. História do Direito e do Pensamento Jurídico. São Paulo, Editora Saraiva, 2017, 8ª edição.

GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.

PERELMAN, Chaïm. Ética e Direito. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 2011, 20ª edição, 9ª tiragem.

REALE, MIGUEL. Introdução à Filosofia. São Paulo, Editora Saraiva, 1994, 3ª edição.

VILLEY, Michel. A Formação do Pensamento Jurídico Moderno. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2009, 2ª edição.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Cláudio de Cicco
<b>Disciplina:</b>	Teoria Geral do Direito
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	08h:00 às 12h:00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

A disciplina 'TEORIA GERAL DO DIREITO' destaca a importância do Estado na produção do direito na modernidade, mostrando como o monopólio da nomogênese jurídica partiu de uma concepção monista das relações entre Estado e ordenamento. Discute as vantagens e desvantagens de tal visão, contrapondo-a ao pluralismo jurídico. Estuda também as implicações entre a ideia de soberania e o poder de positivizar o direito. Discute a ideia de direito natural e de historicidade do direito e do Estado. Introduce em seguida a ideia da gradação da positividade jurídica e da tridimensionalidade do direito.

### **Bibliografia Básica:**

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Direito. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2008.

DE CICCO, Cláudio. História do Direito e do Pensamento Jurídico. São Paulo, Editora Saraiva, 2017, 8ª edição.

REALE, Miguel. Fundamentos do Direito. São Paulo. Editora Migalhas, 2014, 3ª edição.

TOMAZINI DE CARVALHO, Aurora. Curso de Teoria Geral do Direito. São Paulo Editora Noeses, 2009.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Claudio José Langroiva Pereira
<b>Disciplina:</b>	Processo Penal Constitucional, criminalidade econômica e a segurança jurídica na busca da verdade no processo
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Processual Penal
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

1. Direitos fundamentais, dignidade humana e direito à proteção e à segurança pública. Direito penal como meio de controle social. Direitos fundamentais como direitos de defesa. Processo Penal como Direito Constitucional Aplicado. 2. Criminalidade econômica e criminalidade organizada: a necessidade da resposta penal e processual penal para a afirmação do Estado de Direito. Direito Penal Econômico e suas bases jurídicas 3. Garantismo e utilitarismo. A flexibilização de garantias e direitos fundamentais no processo penal econômico. O Direito Penal do Inimigo e a realidade do Direito Penal Econômico. 4. Corrupção e crimes de colarinho branco. Corrupção ativa, corrupção passiva e concussão. O tráfico de influência e a advocacia administrativa. A problemática da investigação penal destes crimes. 5. Processo Penal e instrumentalização administrativa e o modelo sistêmico de prevenção de delitos econômicos. Instrumentos de controle jurídico-sancionador da atividade econômica (Lei Anticorrupção. Sistemas de regulação e autorregulação. Programas de compliance e correição). Sistema de prevenção e proteção à corrupção. Lei nº 12.846/2013. 6. O Juiz e os poderes gerais de cautela. As medidas cautelares atípicas e a Lei nº 12.403/11. Prisão cautelar e medidas cautelares patrimoniais. Os pressupostos para a cautelaridade penal na criminalidade econômica. Proporcionalidade entre segurança social e liberdade individual. 7. Jurisdição penal, limites de competência, conexão probatória e prevenção: o problema da criminalidade econômica organizada e transnacional. 8. Criminalidade econômica, a busca da verdade no processo penal e os princípios da eficiência e da eficácia. O direito constitucional à prova, o ônus da prova e os limites da cooperação jurídica internacional em matéria penal. A questão da colheita e o sistema de validação da prova. A nulidade e a prova do prejuízo na violação de direitos fundamentais. 9. Sigilo da Prova Criminal. Sigilo de Correspondência, Sigilo



## **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

PUC-SP

Bancário e Sigilo Fiscal. Os limites constitucionais e as investigações administrativas do Poder Público. 10. Interceptação Telefônica e o Sigilo das Comunicações e de Dados. Lei nº 9.296/1996. Regulamentação do procedimento de interceptação telefônica. Hipóteses e cabimento da medida. Autorização judicial. Procedimento. O Marco Civil da Internet e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) 11. Processo Penal e a sociedade da informação. A mídia e publicidade opressiva no Processo Penal. Publicidade e garantia fundamental da presunção de inocência. Direito à preservação da imagem e o direito público de fiscalização dos julgamentos. Interesse público e interesse do público. 12. Direito de defesa. A defesa como garantia constitucional e o contraditório. A Autodefesa e a defesa técnica. Prerrogativas da defesa ou do defensor? . 13. O Juiz em face da interpretação constitucional. Tutela dos direitos fundamentais e o exercício arbitrário de poder. Contraposição da atividade legislativa e jurisdicional. O Poder Judiciário e a esfera de competência reservada - violação ao princípio da separação de poderes; a responsabilidade do Poder Judiciário em face do necessário controle das políticas públicas da Administração Pública. 14. Persecução penal e garantias constitucionais. O Ministério Público e os limites da obrigatoriedade. A investigação e as funções institucionais do Ministério Público. Persecução penal como garantia constitucional. 15. Segurança pública e segurança social. O cidadão, o direito à segurança e o devido processo legal. Os limites da segurança pública em face da segurança jurídica no Estado Democrático de Direito. As instituições de segurança pública e seu controle.

### **Bibliografia Básica:**

PEREIRA, Claudio José Langroiva. Proteção Jurídico-Penal e direitos universais - tipo, tipicidade e bem jurídico universal, São Paulo: Editora Quartier Latin, 2008.

SILVA, Marco Antonio Marques da. & Miranda, Jorge (coordenação). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana, Lisboa/São Paulo: Editora Almedina / Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

SCHUNEMANN, Bernd: Estudos de direito penal, direito processual penal e filosofia do direito / Bernd Schünemann ; coordenac.ão Luís Greco. São Paulo : Marcial Pons, 2013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estudos sobre direitos fundamentais, São Paulo: Coimbra Editora/Editora Revista dos Tribunais - co-edição, 2008.

TUCCI, Rogério Lauria. Teoria do Direito Processual Penal - Jurisdição, Ação e Processo Penal (Estudo Sistemático), São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.





# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Professor Responsável:</b>	Elizabeth Nazar Carrazza
<b>Professor Convidado:</b>	Julcira Maria de Mello Vianna Lisboa
<b>Disciplina:</b>	A Efetividade do Sistema Constitucional Tributário
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Constitucional e Processual Tributário
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

A pesquisa abordará a efetividade do Direito Tributário em sua mais expressiva essência, que é a constitucional. Para tanto, será esmiuçado o sistema constitucional tributário, com ênfase nos princípios, nas normas gerais em matéria de legislação tributária, nas competências tributárias, nas limitações ao poder de tributar e na possibilidade de utilização dos mecanismos tributários na promoção do desenvolvimento econômico, político e social, bem como na proteção do meio ambiente, do mínimo vital e da dignidade da pessoa humana.

### **Bibliografia Básica:**

- 1 - Roque Antonio Carrazza - Curso de Direito Constitucional Tributário (Malheiros Editores, São Paulo, 31ª ed., 2017)
- 2 - Paulo de Barros Carvalho - Direito Tributário Linguagem e Método (Editora Noeses, São Paulo, 6ª ed., 2015)
- 3 - Geraldo Ataliba - Hipótese de Incidência Tributária (Malheiros Editores, São Paulo, 6ª edição, 9ª tiragem, 2008)
- 4 - Mizabel Abreu Machado Derzi - Modificações da Jurisprudência no Direito Tributário (Editora Noeses, São Paulo, 2009)
- 5 - Renato Lopes Becho - Lições de Direito Tributário (Editora Saraiva, São Paulo, 3ª edição, 2015).



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Professor Responsável:</b>	Estevão Horvath
<b>Professor Convidado:</b>	Luíza Nagib
<b>Disciplina:</b>	Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar na Jurisprudência dos Tribunais
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Constitucional e Processual Tributário
<b>Dia da semana:</b>	5ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Dentro da linha de pesquisa "Direito Constitucional e Processual Tributário", a disciplina aqui oferecida tem por objeto estudar aquilo que a Constituição Federal denomina "Limitações ao poder de tributar", especificamente os princípios constitucionais tributários e as imunidades, na sua teorização e, principalmente, na visão que destes temas possuem nossos tribunais, passando, por conseguinte, pelos modos de interpretação aplicados pelos operadores do Direito.

**Bibliografia Básica:**

Baleeiro, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar, Ed. Forense, atualizado por Misabel Derzi

Ataliba, Geraldo. República e Constituição, Malheiros ed.

Carrazza Roque. Curso de Direito Constitucional Tributário, Malheiros ed., 29ª. ed., 2013

Carvalho, Paulo de Barros. Derivação e Positivização no Direito Tributário, Ed. Noeses

Costa, Regina Helena. Imunidades Tributárias - Teoria e Análise da Jurisprudência do STF - 3ª Ed. 2015, Malheiros ed.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

**Nome do Professor:** Fabiana Del Padre Tomé  
**Disciplina:** A Prova no Direito Tributário  
**Núcleo de Pesquisa:** Direito Tributário  
**Dia da semana:** 3ª feira  
**Horário:** 08h00 às 12h00  
**Semestre:** 2º/2018  
**Créditos correspondentes:** 04  
**Carga horária:** 360 horas  
**Nível:** Mestrado

**Ementa:**

A disciplina objetiva, mediante emprego de metodologia inerente ao constructivismo lógico-semântico, examinar o processo de positivação do direito. Para tanto, parte-se da ideia de ordenamento como conjunto de normas jurídicas, examinando-se os requisitos para que se opere a incidência tributária. É nesse contexto que serão examinados os aspectos morfológico, sintático, semântico e pragmático da prova, especialmente em sua conexão com o ato de lançamento tributário e com os processos administrativos e judiciais relativos a essa matéria.

**Bibliografia Básica:**

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros (Coord). Constructivismo lógico-semântico. Vol. I. São Paulo: Noeses, 2014.

NEDER, Marcos Vinicius; SANTI, Eurico Marcos Diniz de. FERRAGUT, Maria Rita (Cood.). A prova no processo tributário. São Paulo: Dialética, 2010.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no direito tributário. 4ª ed. São Paulo: Noeses, 2016.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Fabiana Del Padre Tomé
<b>Disciplina:</b>	Teoria Geral do Direito - norma jurídica e o processo de positivação
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	19h:00 às 23h:00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

Estudo da norma jurídica e do respectivo processo de positivação pela perspectiva do constructivismo lógico-semântico. Essa concepção filosófica possibilita edificar uma teoria das normas bem estruturada em termos lógicos, discutida e esquematizada no nível semântico e com boas indicações para um desdobramento pragmático. Tudo isso considerando que a positivação do direito se opera mediante a presença indispensável da linguagem, num contexto de crenças, ideias e convicções, decorrentes dos valores dos sujeitos que integram a sociedade. Trata-se, portanto, de um estudo hermenêutico-analítico do direito. Nesse contexto, serão examinadas diversas perspectivas relacionadas à norma jurídica, tais como sua inserção no sistema do direito, seus aspectos estáticos e dinâmicos, com ênfase nos seguintes aspectos: I - Língua, realidade e direito. II - O constructivismo lógico-semântico como método de trabalho hermenêutico. III - Teoria comunicacional do direito. IV - Atos de fala no direito. V - Norma jurídica: estrutura e função. VI - Instrumentos para interpretação da norma jurídica. VII - Teoria do ordenamento jurídico. VIII - Teoria das classes e subsunção do fato à norma. IX - Teoria das provas na aplicação do direito. X - Teoria das relações e imputação normativa. XI - Valores e decisão jurídica. XII - A norma individual e concreta que documenta a incidência normativa.

### **Bibliografia Básica:**

CARVALHO, Aurora Tomazini. Curso de Teoria Geral do Direito - O Constructivismo lógico-semântico. 5ª ed. São Paulo: Noeses, 2016.

CARVALHO, Paulo de Barros (Coord.). Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. I. São Paulo: Noeses, 2014.

CARVALHO, Paulo de Barros (Coord). Lógica e Direito. São Paulo: Noeses, 2016.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no direito tributário. 4ª ed. São Paulo: Noeses, 2016.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Professor Responsável:</b>	Francisco José Cahali
<b>Professor Convidado:</b>	José Manoel de Arruda Alvim Netto
<b>Disciplina:</b>	Arbitragem e Mediação - Alternativas Adequadas de solução de conflitos - Panorama geral, inovações legislativas e comparativo com o Negócio Jurídico Processual
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Civil
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

Adaptando-se à nova realidade mundial, o sistema jurídico brasileiro já encontra à sua disposição alternativas adequadas de solução de conflitos, e nesta linha, pretende-se promover o estudo mais aprofundado sobre, dentre outros meios, a mediação e arbitragem. E a crescente prática, aliada às mudanças Legislativas (CPC, Lei 13.129/2015, Lei 13.140/2015), traz maior interesse em conhecer estes eficientes instrumentos para a tutela das relações jurídicas privadas. Ainda, pertinente a comparação destas soluções extrajudiciais com o Negócio Jurídico Processual para análise crítica de semelhanças e distinções.

### **Bibliografia Básica:**

- CAHALI, Francisco José. Curso de Arbitragem. 7ª ed. São Paulo: RT, 2018.
- CAHALI, Francisco José. FREIRE, Alexandre. RODOVALHO, Thiago (Organizadores). Estudo sobre a Lei 13.129, de 26.05.2016 (obra com 35 co-autores). São Paulo: SARAIVA, 2016.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. A Arbitragem na Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2013
- Revista Brasileira de Arbitragem do Comitê Brasileiro de Arbitragem. São Paulo: Síntese e CBAr.
- WALD, Arnaldo (Coordenador). Revista de Arbitragem e Mediação. São Paulo: RT.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Gabriel Benedito Issaac Chalita
<b>Disciplina:</b>	Filosofia do Direito I - Relações entre Ética e Direito na Filosofia Clássica dos Gregos
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	6ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

O curso tem como finalidade o estudo dos principais temas da Filosofia do Direito na antiguidade grega e sua relação com as outras escolas. O referencial teórico fundamental é a *Ética a Nicômacos* de Aristóteles. A partir dessa obra busca-se discutir a justiça em outros autores contemporâneos a Aristóteles e a influência exercida sobre as escolas da Filosofia do Direito que vieram depois. Além disso, o objetivo é trabalhar uma metodologia que prepare o aluno para o magistério e para a pesquisa científica.

**Bibliografia Básica:**

AQUINO Tomás de. *A Prudência - A virtude da decisão certa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos* 3ª ed., Brasília: UnB, 1999.

DESCARTES, René. *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. São Paulo: Edipro, 2000.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Professor Responsável:</b>	Gilson Delgado Miranda
<b>Professores Convidados:</b>	Sergio Seiji Shimura e Patrícia Miranda Pizzol
<b>Disciplina:</b>	Efetividade do Processo Coletivo
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direitos Difusos e Coletivos
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

A disciplina se destina ao exame do processo coletivo, à luz da Lei nº 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), do Código de Defesa do Consumidor e do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105, de 16.03.2015). Serão analisados os institutos ligados às normas processuais gerais sob a ótica da tutela coletiva (legitimidade, litisconsórcio, formas de intervenção de terceiro, tutela provisória, ônus da prova e sua inversão, competência, conexão e litispêndência, sentença, coisa julgada, recursos e execução). Também serão objeto de estudo outros mecanismos processuais com efeitos transindividuais, como o incidente de resolução de demandas repetitivas, recursos repetitivos, precedentes e sua vinculação. Outrossim, serão abordados procedimentos especiais que envolvem a tutela jurisdicional coletiva, como a ação de improbidade administrativa e o mandado de segurança coletivo.

### **Bibliografia Básica:**

ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa, DIDIER JR., Fredie, TALAMINI, Eduardo, DANTAS, Bruno (Coordenadores). Breves comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

GRINOVER, Ada Pelegrini et alii. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012, vol. II, Processo Coletivo (arts. 81 a 104 e 109 a 119).

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e dos consumidores (Lei 7,347/85 e legislação complementar). 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.



PUC-SP

## **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

PIZZOL, Patricia Miranda. Liquidação nas ações coletivas. São Paulo: Lejus, 1998.

SCARPINELLA BUENO, Cássio (coordenador). Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo, Saraiva, 2017.

SHIMURA, Sergio Seiji. Tutela coletiva e sua efetividade. São Paulo: Método, 2006.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato. Tutela dos interesses difusos e coletivos. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.





# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Professor Responsável:</b>	Giovanni Ettore Nanni
<b>Professor Convidado:</b>	Oswaldo Peregrina Rodrigues
<b>Disciplina:</b>	Teoria geral do negócio jurídico
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Civil
<b>Dia da semana:</b>	5ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

O plano de estudos objetiva analisar a teoria geral do negócio jurídico. Serão pesquisados, mediante investigação crítica e sistemática de diversos institutos, os aspectos e conceitos estruturais do tema. Entre os pontos a serem debatidos: conceito e classificação de negócio jurídico; teoria tricotômica; princípios fundamentais; declaração negocial; objeto, causa e forma do negócio jurídico; representação; ato jurídico stricto sensu; negócio indireto; interpretação; invalidade.

### **Bibliografia Básica:**

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito civil: teoria geral, vol. 2: ações e fatos jurídicos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Negócio jurídico e declaração negocial: noções gerais e formação da declaração negocial. São Paulo: [s.n.], 1986.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. 4. ed. 5. tir. São Paulo: Saraiva, 2007.

BETTI, Emilio. Teoria geral do negócio jurídico. Tradução de Fernando de Miranda. Coimbra: Coimbra Editora, 1969.

GALGANO, Francesco. El negocio jurídico. Tradução de Francisco de P. Blasco Gascó e Lorenzo Prats Albentosa. Valencia: Tirant Lo Blanch, 1992.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Gustavo Octaviano Diniz Junqueira
<b>Disciplina:</b>	Movimentos de Política Criminal e Democracia
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Penal
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

O presente curso pretende abordar e compreender os principais movimentos de política criminal e então criticar a viabilidade de um movimento preponderante, bem como analisar a compatibilidade de cada programa com os ditames democráticos consagrados na constituição. Para que seja possível alcançar o objetivo, será necessário compreender o desenvolvimento dos movimentos de política criminal, de forma a destacar os principais vetores para o desenvolvimento de suas mais consagradas propostas. A análise compreenderá o enfrentamento do desvio nos povos primitivos, a reação ao crime nos povos antigos, no medievo, na idade moderna e, por fim, na atualidade, que merecerá especial destaque. Será examinada, então, a moderna concepção de democracia, para que seja possível comparar os atuais movimentos de política criminal com a forma de governo adotado na Constituição e os valores que lhe são inerentes. No exame dos movimentos de política criminal com maior influência na atualidade será dado destaque ao Direito Penal do Inimigo, ao movimento de Lei e Ordem, ao Garantismo Penal, ao Abolicionismo Penal e ao Direito Penal Redutor. Além dos pontos positivos e negativos de cada proposta, será também discutida a influência do movimento no Direito Penal Brasileiro.

### **Bibliografia Básica:**

- COPETTI, André. Direito Penal e estado democrático de direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- DAHENDORF, Ralf. A Lei e a Ordem. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1997.
- FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão. Teoria do Garantismo Penal. São Paulo: RT, 2014.
- JAKOBS: Gunther. Direito Penal do Inimigo. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2008.
- ZAFFARONI, Eugenio Raul et alli. Direito Penal Brasileiro. V. I. Rio de Janeiro: Revan, 2003.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Jacinto Silveira Dias de Arruda Câmara
<b>Disciplina:</b>	Questões contemporâneas das contratações públicas
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Administrativo
<b>Dia da semana:</b>	5ª feira
<b>Horário:</b>	19h:00 às 23h:00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos Correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

Contratos administrativos no direito positivo brasileiro. Alteração dos contratos administrativos. O prazo nos contratos públicos. Extinção de contratos administrativos comuns (rescisão e invalidação). Quase-contratos administrativos. Contratos de concessão e outros instrumentos de outorga. Risco contratual e equilíbrio econômico-financeiro. Prorrogação de outorga de serviços públicos. Extinção das concessões. Contratações para infraestrutura pública

### **Bibliografia Básica:**

ARRUDA CÂMARA, Jacinto. Tratado de Direito Administrativo (coord. Maria Sylvia Zanella Di Pietro), vol. 6 (contratos administrativos), São Paulo, Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, 2014.

GIACOMUZZI, José Guilherme. Estado e Contrato - supremacia do interesse público "versus" igualdade: um estudo comparado sobre a exorbitância no contrato administrativo. São Paulo, Malheiros, 2011.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (atualizados de acordo com a Lei Federal nº 12.349/2010), 15ª ed., São Paulo, Dialética, 2012.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Concessões, Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2015.

SUNDFELD, Carlos Ari. Licitação e Contrato Administrativo - de acordo com as leis 8.666/93 e 8.883/94, 2ª ed., São Paulo, Malheiros, 1995.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Professor Responsável:</b>	João Batista Lopes
<b>Professores Convidados:</b>	Arlete Inês Aurelli, Olavo de Oliveira Neto e William Santos Ferreira
<b>Disciplina:</b>	Aspectos Contemporâneos das Tutelas Provisórias
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Processual Civil
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

O novo Código de Processo Civil prevê a existência de uma parte geral e de uma parte especial, sendo aquela destinada ao tratamento das estruturas básicas do processo, aplicáveis a todas as suas espécies. Inúmeras são as alterações existentes em cada instituto, procurando a novel legislação traçar perfis adequados a nossa atual realidade social. Mesmo uma análise perfunctória dos textos já permite ao interprete perceber que nossa nova legislação, a partir da sua entrada em vigor, promoveu um aggiornamento dos institutos processuais, concebidos e estudados sob a óptica da fase autonomista do direito processual, trazendo-os para uma realidade aderente a hodierna ideologia do processo, onde se busca prestar um processo de resultados. Diante de tal contexto e levando-se em conta o conteúdo dessa parte geral, a disciplina pretende realizar um estudo comparativo entre o antigo e o novo perfil das tutelas de urgência e de evidência, profundamente alteradas em sua estrutura e processamento.

### **Bibliografia**

BUENO, Cássio Scarpinella et all (coord.). Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva.

CARNELUTTI, Francesco. Sistema de Derecho Procesal Civil. Buenos Aires: Uteha Argentina, 1944.

CHIOVENDA Chiovenda, Instituições de Direito Processual. São Paulo: Saraiva, 1965.

OLIVEIRA NETO, Olavo de, MEDEIROS NETO, Elias Marques, OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de. Curso de direito processual civil. São Paulo: Verbatim, 2015.

SHIMURA, Sergio Seiji. Arresto cautelar. São Paulo: RT.



PUC-SP

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

SILVA, Ovídio Baptista da. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	José Roberto D’Affonseca Gusmão
<b>Disciplina:</b>	Propriedade Intelectual - Criações Industriais (Patentes)
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Comercial
<b>Dia da semana:</b>	5ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

A disciplina promove o estudo, conhecimento e pesquisa da disciplina e proteção do sistema da propriedade intelectual, especialmente das criações industriais. As criações industriais são vistas hoje como um dos melhores meios que as empresas têm de agregar valor a seu negócio, mas também como um dos principais fatores que proporcionam desenvolvimento tecnológico e econômico a um país. A proteção das criações industriais ultrapassa a proteção às invenções de tecnologia, alcançando ainda criações estéticas e também a proteção de variedades vegetais e de circuitos integrados. Ademais, com a necessidade do setor empresarial pela inovação tecnológica (Lei 10.973/04 e Lei 13.243/16), estudar-se-á como as criações industriais são importantes e devem ser vistas nesse processo. A disciplina tem por objetivo proporcionar o arcabouço teórico básico da matéria, mas também refletir acerca das criações industriais, da necessidade de sua proteção e dos conflitos gerados por estas no mundo jurídico-empresarial.

### **Bibliografia Básica:**

BARBOSA, Denis Borges. Tratado da Propriedade Industrial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

\_\_\_\_\_. Direito da Inovação. 2ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CARVALHO, Nuno Pires. A estrutura dos sistemas de patentes e de marcas. Passado. Presente e Futuro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CERQUEIRA, João da Gama. Tratado de Propriedade Industrial. Atual. por Newton Silveira e Denis Borges Barbosa. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2012.

LABRUNIE, Jacques. Direito de Patentes. Condições legais de obtenção de nulidades. São Paulo: Manole, 2006.



PUC-SP

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

PONTES DE MIRANDA. Tratado de Direito Privado: parte especial. 4ed.  
São Paulo, Revista dos Tribunais, 1983. vol. XXVII.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Nome do Professor:</b>	Jose Roberto Pimenta Oliveira
<b>Disciplina:</b>	Problemas Contemporâneos de Direito Administrativo - Direito Administrativo Sancionador
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Administrativo
<b>Dia da semana:</b>	6ª feira
<b>Horário:</b>	08h:00 às 12h:00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos Correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

- Direito Administrativo Sancionador: objeto e relevância no mundo contemporâneo.
- Teoria da potestade sancionatória;
- Teoria das fontes do direito administrativo sancionador;
- Princípios Constitucionais do Direito Administrativo Sancionador;
- Teoria da Aplicação da Norma Sancionadora;
- Teoria da Responsabilidade do Agente;
- Teoria do Processo Administrativo Sancionador;
- Relação entre o Direito Administrativo Sancionador e os demais domínios punitivos (direito penal, direito da improbidade administrativa, etc.)

**Bibliografia Básica:**

- OSÓRIO, Fábio Medina. Direito Administrativo Sancionador. 5a Edição. São Paulo : RT, 2015.
- MELLO, Rafael Munhoz de. Princípios Constitucionais de Direito Administrativo Sancionador. São Paulo: Malheiros, 2007.
- OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. Improbidade administrativa e sua autonomia constitucional. Belo Horizonte: Forum, 2009.
- NIETO, Alejandro. Derecho Administrativo Sancionador. 5a ed. Madri: Tecnos, 2012.
- DEL TESO, Angeles de Palma. El principio de culpabilidad em el derecho administrativo sancionador. Madri: Tecnos, 1996.





# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Luiz Alberto David Araújo
<b>Disciplina:</b>	Produção Bibliográfica
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Mestrado em Direito)
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	15h00 às 19h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

### **Justificativa:**

A publicação de artigos, coletâneas, anais, com o objetivo de implementar a produção do Programa exige específica formação dos alunos. De particular dificuldade se reveste a produção discente nos padrões que, presentemente, são exigidos pela Área do Direito da CAPES.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa e ao projeto apresentado ao Orientador bem como os critérios de escolha dos periódicos aptos a receber as publicações elaboradas pelo discente, a partir da reflexão a respeito da área de atuação do aluno.

### **Bibliografia Básica:**

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



PUC-SP

## **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

Nunes, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11<sup>a</sup>.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20<sup>a</sup> ed., São Paulo: Cortez, 1997.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Luiz Alberto David Araújo
<b>Disciplina:</b>	O sistema qualis e a produção de artigos - como e onde publicar
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Doutorado em Direito)
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	14h00 às 19h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	05
<b>Carga horária:</b>	450 horas
<b>Nível:</b>	Doutorado

### **Ementa:**

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

### **Justificativa:**

O essencial na produção científica é a busca de sua qualificação. Não basta elaborar um texto. Ele deve obedecer ao exigido pelas regras da Capes.

A publicação artigos, coletâneas, anais do Programa devem obedecer aos padrões exigidos pela Área do Direito da CAPES que, muitas vezes, não são do conhecimento e compreensão de todos os alunos.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa do Programa. Durante o curso, haverá a elaboração de, no mínimo, dois artigos com a orientação do docente.

### **Bibliografia Básica:**

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



## **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

### **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

PUC-SP

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11<sup>a</sup>.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20<sup>a</sup> ed., São Paulo: Cortez, 1997.

**Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?**

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Luiz Alberto David Araújo
<b>Disciplina:</b>	Teoria Geral do Direito - A igualdade como vetor de interpretação
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	19h:00 às 23h:00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Crédito correspondente:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

O valor "igualdade" deve estar presente nas mais diversas técnicas de interpretação, permeando o sistema. O curso pretende estudar os limites da igualdade material, a efetividade da igualdade formal diante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. O tema analisará a igualdade em diversas áreas como o Direito Tributário, Penal, Processual (civil e penal), Administrativo.

### **Bibliografia Básica:**

ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional das pessoas com deficiência*. Corde, Brasília, 2011, 4ª. Edição, cópia gratuita no site do governo federal: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protacao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia\\_0.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protacao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf).

SARLET, Ingo. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 12a. Edição, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. WVA., 8ª. Edição, ampliada e revisada, 2010, Rio de Janeiro.

*Sex, race and merit*. Debating Affirmative Action in Education and Employment, FAYE J. CORSE AND CHERYL VAN DE VEER, The University of Michigan Press. 2003.

WERNECK, Claudia. *Quem cabe no seu todos?* WVA, 4ª. Edição, 2012, Rio de Janeiro.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Marcelo Gomes Sodré
<b>Disciplina:</b>	Filosofia do Direito I - Uma visão filosófica dos direitos difusos materiais
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	08h:00 às 12h:00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Crédito correspondente:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

O curso tem por objetivo refletir, do ponto de vista filosófico, sobre o surgimento dos direitos difusos materiais, seu contexto histórico, teórico e consequências. Para tanto, será dado destaque especial à problemática que envolve a vulnerabilidade contemporânea na civilização tecnológica, o papel do direito e os fundamentos do surgimento do direito ambiental e do direito do consumidor. As perguntas básicas que se buscará responder são: como o projeto racional/iluminista resultou nas catástrofes do Século XX? Em qual contexto histórico e filosófico surgiram os chamados direitos difusos materiais? Eles são frutos de uma ruptura da pós-modernidade? Que tipo de ruptura e com quais consequências? Como o direito deve tratar o tema do risco na sociedade contemporânea? É possível se falar de uma ética na pós-modernidade?

As aulas abordarão, por meio da leitura de textos e debates em sala de aula, os seguintes temas: a sociedade pós-moderna e o direito; o processo de globalização e o direito; a sociedade de risco e o direito; a sociedade de consumo e o direito; a ética no mundo contemporâneo, fundamentos filosóficos na formação do direito ambiental e do direito do consumidor; natureza material dos direitos difusos; os bens difusos protegidos; a relação entre direitos difusos e direitos fundamentais; a posição dos direitos difusos no concerto geral da ciência do direito; direitos difusos e políticas públicas; judicialização dos conflitos sociais e conflitos entre direitos difusos.

### **Bibliografia Básica:**

BOBBIO, Norberto - A Era dos Direitos

BECK, Ulrich - Sociedade de Risco



PUC-SP

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

JONAS, Hans - O princípio responsabilidade

LIPOVETSKY, Gilles - A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo

DWORKIN, Ronald - Levando os direitos a sério.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Nome do Professor:</b>	Márcia Cristina de Souza Alvim
<b>Disciplina:</b>	Filosofia do Direito I - Direito e Liberdade
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	5ª feira
<b>Horário:</b>	08h:00 às 12h:00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Crédito correspondente:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

A presente disciplina tem por objetivo discutir um dos Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil: O Direito à Liberdade. Que é liberdade? O que é ser livre? É possível construir uma filosofia da liberdade? Como o Direito deve emancipar as ações humanas para a efetividade desse princípio fundamental?

As aulas serão realizadas de forma expositiva e seminários.

**Bibliografia Básica:**

ARENDDT, Hannah. O que é Política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CANETTI, Elias. Massa e Poder. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HABERMAS, Jurgen. Comentários à Ética do Discurso. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles e CHARLES, Sébastien. Os Tempos Hipermodernos. Lisboa: Edições 70, 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou Da Educação. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2014.





**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Márcio Cammarosano
<b>Disciplina:</b>	Categorias Fundamentais do Direito Administrativo I
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Administrativo
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

O Direito Administrativo e a identificação das normas que o compõem. A teoria geral dos princípios, o regime jurídico administrativo e o pensamento sistemático.

**Bibliografia Básica:**

KELSEN, Hans. Teoria Geral das Normas, tradução de José Florentino Duarte, Sérgio Antônio Fabris editor, Porto Alegre, RS.

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais, tradução de Virgílio Afonso da Silva, Malheiros Editores, S.P.

CANARIS, Claus Wilhelm. Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito, tradução de A.Menezes Cordeiro, Fundação Caloriste Gulbenkian, Lisboa.

ÁVILA, Humberto. Teoria dos Princípios, Malheiros Editores. SP.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo, Malheiros Editores. SP.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

**Nome do Professor:** Márcio Pugliesi  
**Disciplina:** Teoria Geral do Direito - A Conjectura Sistêmica  
**Núcleo de Pesquisa:** Todos (Disciplina Obrigatória)  
**Dia da semana:** 2ª feira  
**Horário:** 19h00 às 23h00  
**Semestre:** 2º/2018  
**Créditos correspondentes:** 04  
**Carga horária:** 360 horas  
**Nível:** Mestrado

**Ementa:**

Apresentação dos principais encaminhamentos de uma visão sistêmico-construcionista da atividade dos juristas para a efetividade do Direito.

**Bibliografia Básica:**

PUGLIESI, Márcio. Teoria do Direito. 2ª. Ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

\_\_\_\_\_. Teoria do Direito: aspectos macrossistêmicos. Rio de Janeiro: Sapere Aude, 2015.

\_\_\_\_\_. Teoria do Direito. São Paulo: Ícone, 2018.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Nome do Professor:</b>	Márcio Pugliesi
<b>Disciplina:</b>	Filosofia do Direito I - Problemas contemporâneos
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Ao final do curso os estudantes estarão capacitados à leitura de textos contemporâneos de Filosofia e Filosofia do Direito. Desenvolver-se-á um trabalho focado na técnica de leitura filosófica e com acesso aos grandes problemas enfrentados pela Filosofia.

A transdisciplinaridade característica do pensamento contemporâneo tem como fulcro o conhecimento integrado de determinado ramo do saber humano conjugado a outras competências em ramos diversos. A Filosofia tem desempenhado papel de relevo na construção dessa nova postura epistêmica. Tratando-se do Direito, a transdisciplinaridade é natural pois, sendo a interpretação a atividade mais comum do jurista - apenas um conhecimento multidisciplinar e uma leitura transversal das situações jurídicas poderão tornar seu objeto mais próximo e mais bem definido, visando a efetividade do Direito.

**Bibliografia Básica:**

FOLSCHEID, Dominique & Wunenburger, Jean-Jacques - Metodologia Filosófica, trad. Paulo Neves, Martins Fontes, São Paulo, 1997.

PUGLIESI, Márcio. Filosofia Geral e do Direito - uma abordagem sistêmico-construcionista. Prelo (working paper).

\_\_\_\_\_. A Theory of Law: a systemic constructionist approach. Berlin: Novas Edições Acadêmicas, 2017.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Nome do Professor:</b>	Márcio Pugliesi
<b>Disciplina:</b>	Um ponto de inflexão: a emergência da Sociedade de Dados e o direito eletrônico - uma introdução
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Filosofia do Direito
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Apresentação dos principais encaminhamentos de uma visão sistêmico-construcionista da atividade dos juristas tendo em vista o desenvolvimento do novo estágio da sociedade ocidental e dos direitos a constituir.

**Bibliografia Básica:**

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura - fim de milênio. 3ª. Ed., trad. Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CAZENEUVE, Jean. La sociedad de la ubiuidad: comunicación e difusión. Trad. Ramon Font, Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.

DUBET, François. El declive de la institución: profesiones, sujetos y individuos em la modernidade. Barcelona: Gedisa, 2013.

PUGLIESI, Márcio. A Theory of Law: a systemic constructionist approach. Berlin: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

Artigos e textos de interesse.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Nome do Professor:</b>	Marco Antônio Marques da Silva
<b>Disciplina:</b>	Processo Penal e Garantias Fundamentais
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Processual Penal
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

A efetividade do Processo Penal tem sido tema de debates, em especial sob o prisma da Constituição Federal, impondo a existência de um processo democrático, de igualdade entre as partes e respeito ao cidadão. Os rumos do processo penal na sociedade contemporânea e os aspectos penais e constitucionais dos direitos difusos e coletivos impõe a releitura do ordenamento jurídico brasileiro com base no nosso Estado Democrático de Direito.

**Bibliografia Básica:**

COSTA, José de Faria; SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coordenação). Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais: Visão Luso-Brasileira. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 5ª ed., 2007.

MIRANDA, Jorge; SILVA, Marco Antonio Marques da. Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. São Paulo: Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

SILVA, Marco Antonio Marques da; Freitas, Jayme Walmer de. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, Marco Antonio Marques da. Acesso à Justiça Penal e Estado Democrático de Direito. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2001.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Marco Antônio Marques da Silva
<b>Disciplina:</b>	Teoria Geral do Direito - Constitucionalização do Processo e do Direito
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	5ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

Direito, Justiça e Política. Direito e Norma Jurídica. Causas Essenciais do Direito. Princípios e regras jurídicas: conflitos e critérios de solução. Eficácia da Lei no tempo e seus princípios fundamentais. Ordenamento Jurídico e Hermenêutica. Justiça e Teorias Procedimentais. Fundamentos do Estado Democrático de Direito e o Acesso à Justiça. O Princípio Constitucional da Dignidade Humana. O fenômeno da Constitucionalização. A Constitucionalização do Direito e do Processo. A ordem constitucional de valores e a imposição de uma coerência na legislação ordinária. Identificação do Processo no Sistema Constitucional de Direitos e Garantias Fundamentais. O processo constitucional como instrumento de interpretação de institutos jurídicos. Relações de poder: relação de autoridade, de liderança, de reputação e detentor do poder.

### **Bibliografia Básica:**

ALEXY, Robert. Teoría de la argumentación jurídica: la teoría del discurso racional como teoría de la fundamentación jurídica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.

DE CICCIO, Claudio & GONZAGA, Alvaro de Azevedo. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 2ª edição, 2009.

DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. São Paulo: Martins Fontes, 3ª edição, 2010.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas, 7ª edição, 2013.

MIRANDA, Jorge & SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coordenação). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. São Paulo: Quartier Latin, 2ª edição, 2009.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Nome do Professor:</b>	Marcus Elidius Michelli de Almeida
<b>Disciplina:</b>	Cláusulas contratuais nos Contratos Empresariais - mecanismos para se evitar conflito
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Comercial
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	19h:00 às 23h:00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Estudo dos princípios e regras que norteiam a formação dos contratos em geral, bem como análise de alguns dos principais contratos empresariais, discutindo a sua redação e interpretação como forma de evitar conflitos.

**Bibliografia Básica:**

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. 15ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. v.3.

CAHALI FILHO, Yussef (coordenador). Contratos Nominados. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.

COMPARATO, Fábio Konder. Tratado teórico e prático dos contratos. São Paulo: Ed. Saraiva, 1993. v.1 a 5.

FORGIONI, Paula Andrea. Teoria Geral dos Contratos Empresariais. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

GALGANO, Francesco. Trattato di Diritto Commerciale e di Diritto Pubblico dell'Economia. Padova: CEDAM, 1977, v.1.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Maria Celeste C. Leite Santos
<b>Disciplina:</b>	Filosofia do Direito I - A Filosofia Jurídica nos Desafios Contemporâneos: Ética, Bioética e Biodireito
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	13h00 às 17h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

A ciência tem mudado muitas coisas. A esquecida Filosofia Ética que representa o que há de mais profundo no pensamento jurídico renasce, notadamente aplicada ao Direito e à questão da Justiça. Seu estudo está a exigir o denominado "pensamento complexo". A teoria da complexidade é uma teoria que pode conviver com os fenômenos das Ciências da vida e também com os sociais, mas não no mesmo nível. Existe uma concepção básica que defende a idéia de autonomia da organização e da relação. O termo "complexo" deve ser tomado em seu sentido original, que significa "aquilo que forma um conjunto". Não é questão de destruir as disciplinas, mas de demonstrar que elas fazem parte de um conjunto abrangente: a Filosofia do Direito.

O Curso tem por objetivo investigar o Biodireito como uma das estruturas de controle e diretriz social, mediante o exame de seus instrumentos filosóficos, bioéticos e sua interação com os modernos avanços biotecnológicos. Em sua primeira parte, basicamente introdutório, versa sobre a Bioética, parte da Ética, ramo da Filosofia que enfoca as questões da vida humana e da saúde. A Bioética, tendo a vida como objeto de estudo, trata também da morte (inerente à vida).

A segunda parte do curso cuida, especificamente do denominado Bio-Direito ou "Bio-Juris", termo usado por Aristóteles (Ética a Nicômaco) e apresentado por nós em 1988. Sendo a Bioética pré-legal, e verificando-se as limitações dos textos jurídicos clássicos, que não apresentam soluções imediatas para as inovações biotecnológicas, torna-se premente uma reflexão jurídica conjunta para os dilemas inerentes às múltiplas e possíveis transformações da espécie humana. Essa é a razão pela qual este curso pretende abordar o programa que se segue, buscando efetivas e adequadas propostas legislativas. Tendo em vista que o ordenamento jurídico concreto está em constante mutação, como uma realidade viva em pleno desenvolvimento, lembramos





## **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

a frase de Benjamin Cardoso de que: "O direito deve ser estável, mas não pode ser estático."

### **Bibliografia Básica:**

CASABONA, Carlos Maria Romeo. Del Gen al Derecho. Colômbia: Univ. Externado de Colômbia, 1996.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do Direito. Técnica, decisão, dominação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

NINO, C.S. Ética y derechos humanos - Un ensayo de fundamentación. Buenos Aires: Astrea, 1989.

REICH, W. T. Encyclopedia of bioethics. Nova York: Free Press, 1978.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. Imaculada concepção - Nascendo "in vitro" e morrendo "in machina". São Paulo: Acadêmica, 1993.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Maria Celeste C. Leite Santos
<b>Disciplina:</b>	Questões interdisciplinares contemporâneas da Ciência do Direito: O tribunal do futuro e novas tecnologias para efetivação da justiça
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa
<b>Dia da semana:</b>	6ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### Ementa:

O Tribunal do futuro e o futuro dos tribunais apresentam uma nova estética da decisão ainda desconhecida para muitos dos operadores do direito. Nas organizações privadas a justa remuneração do capital investido é o melhor indicador da gestão e nas entidades públicas a gestão eficaz e o "lucro" se revestem no grau de excelência dos serviços prestados à comunidade. A base é o perfeito conhecimento e a revisão dos processos judiciais em seus pontos críticos. O novo processo virtual, a intimação "on line", a certificação digital, os contratos eletrônicos, a penhora "on line", o e-mail institucional, os crimes virtuais são experiências de resultado na agilização dos julgamentos e efetivação do Poder Jurídico. O curso contará com o apoio do Tribunal de Justiça de São Paulo e pretende abordar os seguintes temas:

1. Poder Judiciário: um poder dimensionado aquém da demanda.
2. Cartório-um ambiente hostil?
3. Deseja-se uma Justiça célere? O papel da OAB, sociedade civil, promotores, etc.
4. O rito procedimental e a simplificação através de nova velocidade.
5. Novas tecnologias a serviço dos juristas (estenotipia, internet, "call centers", vídeo conferência): prós e contras.
6. O novo processo virtual. Implantação e resultados. O governo eletrônico.
7. Experiências de resultado (alvará, penhora "on line", etc, a Justiça do Trabalho, um modelo a ser seguido?).
8. Rapidez como fator de efetivação do Poder Judiciário. Desenvolvimento e implantação.



PUC-SP

## **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

9. Contratos eletrônicos.
  10. Crimes virtuais.
  11. Nova estética da decisão.
  12. Agilizando os julgamentos (simplificar e fundamentar).
  13. Aplicação de novas tecnologias voltada para a melhoria do atendimento e acesso à Justiça.
  14. Integração entre sistemas-fluxo de informações.
- O Tribunal do futuro e o futuro dos tribunais.

### **Bibliografia Básica:**

FERRER, Florência (Org.); SANTOS, Paula. E-governement. O governo eletrônico no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.

GREGÓRIO, Peces-Barba Martinez. Curso de Derechos Fundamentales. Madri: Universidad Carlos III, 1999.

LUHMANN, Niklas. Sistema Jurídico y Dogmática Jurídica. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.

A bibliografia específica será indicada durante o curso.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

**Nome do Professor:** Maria Garcia  
**Disciplina:** Hermenêutica Constitucional: I - A Linguagem; II - O Intérprete e III - A Interpretação  
**Núcleo de Pesquisa:** Direito Constitucional  
**Dia da semana:** 5ª feira  
**Horário:** 19h00 às 23h00  
**Semestre:** 2º/2018  
**Créditos correspondentes:** 04  
**Carga horária:** 360 horas  
**Nível:** Mestrado

**Ementa:**

Estudos sobre a Linguagem, instrumento da Lei, o Intérprete (a Personalidade, à luz da Psicologia Social) e a Interpretação da Constituição.

**Bibliografia Básica:**

HESSE, Konrad. "Escritos de Derecho Constitucional", Centro de Estudios Constitucionales, 1983, "La Interpretación Contitucional".

BASTOS, Celso Ribeiro. "Hermenêutica e Interpretação Constitucional", Malheiros, São Paulo, 2014.

H. G. GADAMER, "Experiência, Linguagem e Interpretação", Universidade Católica Editora, Lisboa, 2003.

RICOEUR, PAUL, "Teoria da Interpretação, Edições 70, 2000.

VERNENGO J. ROBERTO, "La Interpretacion Literal de la Ley", Abeledo-Perrot, 1994.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Maria Helena Diniz
<b>Disciplina:</b>	Novas Modalidades Contratuais
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Civil Comparado
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Crédito correspondente:</b>	04
<b>Carga Horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Procurar-se-á, para a compreensão dos contratos, analisar as várias teorias abusivas às novas formas técnicas contratuais, analisando-as objetivamente, ante a realidade, em seu dinamismo, tendo por base o Direito Brasileiro, o Direito Comparado e o Direito Internacional Privado, sem olvidar da moderna concepção de um Direito Obrigacional Unificado, abrangendo todos os contratos sem cogitar de seu caráter comercial ou civil.

**Bibliografia Basica:**

DINIZ, Maria Helena. *Tratado Teórico e Prático dos Contratos*. 5 Vols., São Paulo: Saraiva, 2012.

RIPERT, Georges. *Traité élémentaire de droit commercial*. Paris, 1973.

SILVA PEREIRA, Caio Mário. *Instituições de Direito Civil*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Forense, 1978.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Maria Helena Diniz
<b>Disciplina:</b>	Teoria Geral do Direito - Aplicação jurídica e seus problemas
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Crédito correspondente:</b>	04
<b>Carga Horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

O curso versará sobre "Aplicação do Direito", procurando dar uma visão sobre a problemática da subsunção da lacuna e antinomia inerente ao sistema jurídico, mostrando os limites e critérios para uma correta interpretação, salientando a questão da existência, constatação e preenchimento de lacuna, apontando critérios normativos solucionadores de conflitos normativos. Com isso, tem por fim despertar nos alunos o gosto pela pesquisa jurisprudencial, despertando-lhes o senso crítico e a vivência na aplicação do Direito.

### **Bibliografia Basica:**

- DINIZ, Maria Helena. As lacunas no direito. São Paulo: Saraiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. Conflito de normas. São Paulo: Saraiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. Contribuições 1988. Legitimidade, eficácia, vigência e supremacia. São: Atlas, 1989. Coautoria com Ferraz Jr., e Georgakelas.
- ENGISCH, Karl. Introdução ao pensamento jurídico. Lisboa, 1964.
- GAVAZZI. Della antinomie. Torino, 1959.
- PERELMAN. Le problema des lacunas em Droit. Bruxelas, 1968.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Miguel Horvath Júnior
<b>Disciplina:</b>	Metodologia Científica e Didática do Ensino Superior
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito
<b>Dia da semana:</b>	5ª feira
<b>Horário:</b>	19h:00 às 23h:00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Crédito correspondente:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

O curso tem como finalidade estudar as interrelações entre a ciência jurídica e a ciência metodológica. Bem como capacitar o pós-graduando ao magistério na área do direito. Além do estudo da criação desenvolvimento e finalização do projeto científico. Estudo da redação científica e das formas de citação estudar os seguintes temas: O direito como ciência. O conhecimento e a pesquisa. Trabalho científico. A importância do trabalho científico. A escolha do tema. A revisão da literatura. A organização das fontes e materiais de pesquisa. Elementos do projeto de pesquisa científica. Técnicas de normatização do trabalho científico. As formas de apresentação do trabalho científico: Tese, Dissertação, trabalho didático, monografia de conclusão de curso, resenha bibliográfica, fichamento. Didática do ensino superior.

### **Bibliografia Básica:**

- LAMY, Marcelo. Metodologia de Pesquisa Científica. Rio de Janeiro: Elsevir, 2011.
- MASETTO, Marcos T. O professor na hora da verdade: a prática docente no ensino superior. São Paulo: Avercampo, 2010.
- PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- RIOS, Terezinha Azerêdo. Compreender e ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- TAGLIAVINI, João Virgílio. Aprender e ensinar direito para além do direito que se ensina errado. São Carlos, SP: Edição do autor, 2013.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Nome do Professor:</b>	Nathaly Campitelli Roque
<b>Disciplina:</b>	Teoria Geral do Direito - Direito e Acesso à Justiça
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

A Disciplina Teoria Geral do Direito -Direito e Acesso à Justiça, visa à construir uma análise, estrutural e histórica, das relações entre Direito, Estado e suas inter-relações com o Acesso à Justiça e ao Judiciário. A partir das óticas monista, dualista e da gradação da positividade jurídica, buscar-se-á compreender a importância do Estado na produção do Direito moderno, bem como as relações entre Soberania e Poder dentro de uma perspectiva democrática e plural a fim de construir um Estado Democrático de Direito.

**Bibliografia Básica:**

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Acesso à Justiça, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz. ENCICLOPÉDIA JURÍDICA PUCSP.  
<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>

KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estado. 3. ed. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REALE, Miguel. Teoria do direito e do estado. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SADEK, Maria Teresa (Org.). Acesso à Justiça. São Paulo: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2001.





# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Nelson Nazar
<b>Disciplina:</b>	Análise e Estudo do Abuso do Poder Econômico em Face do Princípio da Livre Iniciativa. Órgãos Controladores
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Econômico
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Crédito correspondente:</b>	04
<b>Carga Horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

O objetivo do curso gravita na análise socioeconômica e política das relações econômicas, em especial no que tange à avaliação do abuso do poder econômico e da estrutura do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O CADE, tratamento legal, regime jurídico e composição. Os poderes do CADE e as políticas de governo e de Estado. O papel institucional do Ministério Público junto ao CADE. A análise e estudo do regramento de intervenção do Estado no domínio econômico para a construção de um sistema capitalista que viabilize estruturar os direitos sociais e coletivos com o regime de liberdade econômica dispensável a uma sociedade estruturada na regra da livre concorrência. O papel dos mercados, no plano nacional e mundial na estruturação de um sistema de freios e contrafreios diante da existência da globalização, da multiplicação das empresas transacionais na estrutura do regime de livre concorrência.

O conceito de soberania nacional e as restrições à sua existência; o regime da propriedade privada e da função social da propriedade. O valor da livre concorrência baseado na estrutura da livre iniciativa.

### **Bibliografia Basica:**

- NAZAR, Nelson. Direito Econômico. 2. ed., São Paulo: Edipro, 2009.
- NAZAR, Nelson. Direito Econômico e o Contrato de Trabalho. São Paulo: Atlas, 2007.
- CANOTILHO, J. J. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4. ed., Coimbra: Almedina, 2001.
- CANOTILHO, J. J. GOMES. Direito Constitucional. Coimbra: Almedina, 1999.
- HART, Herbert L. A. O Conceito de Direito. 3. ed., Lisboa: Fundação



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

PUC-SP

Calouste Gulbenkian, 2001.

SAYEG, Ricardo e BALERA, Wagner. O Capitalismo Humanista - Filosofia Humanista de Direito Econômico. Rio de Janeiro: KBR Editora Digital, 2011.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Nelson Saule Júnior
<b>Disciplina:</b>	Política Urbana e Fundiária aplicada e o Regime Jurídico dos bens públicos
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Urbanístico
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

Os marcos legais e referencias da política urbana e o regime dos bens públicos. Da aplicação dos princípios das Funções Sociais das Cidade e Função Social da Propriedade nos bens públicos.

O tratamento e aplicabilidade dos planos diretos pelos Municípios sobre o regime jurídico dos bens públicos. Estudos de Casos.

Possibilidades de uso e ocupação de bens públicos da União nas cidades para a promoção da política de desenvolvimento urbano.

Avaliação da nova lei sobre regularização fundiária rural e urbana (Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017) e os impactos no regime jurídico dos bens públicos

Avaliação e Estudos de casos sobre a aplicação de instrumentos urbanísticos de intervenção urbana (recuperação e requalificação de espaços urbanos com bens públicos

Avaliação e Estudos de casos sobre políticas e programas de Regularização Fundiária em áreas públicas e áreas de proteção ambiental.

Avaliação e estudos de casos sobre modalidades de parcelamento do solo e o tratamento sobre os bens públicos

Avaliação sobre experiências registraes de bens públicos objeto de intervenções urbanas, parcelamento do solo e de regularização fundiária.

### **Bibliografia Básica:**

FERREIRA DA ROCHA, Silvio, Função Social da Propriedade Pública, Malheiros Editores, São Paulo, 2005.

LIBORIO DE SARNO, Daniela Campos, SAULE JÚNIOR. Nelson. Regime Jurídico dos Bens Imóveis da União Federal, Série Pensando o Direito 39, Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Brasília, 2011



PUC-SP

## **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

MARRARA, Thiago. Bens Públicos Domínio Urbano Infea-Estruturas, Editora Fórum, Belo Horizonte, 2007.

NALINI, José Renato e LEVY, Wilson Coordenadores, Regularização Fundiária, Editora Forense, 2ª Edição, São Paulo, 2014

SAULE JÚNIOR, Nelson. Novas Perspectivas do Direito Urbanístico Brasileiro. Ordenamento Constitucional da Política Urbana. Aplicação e Eficácia do Plano Diretor, Sergio Antônio Fabris Editor, Porto Alegre, 1997.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Paulo de Barros Carvalho
<b>Disciplina:</b>	Tributação e Segurança Jurídica
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Tributário
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

- Introdução crítica à ciência do direito tributário
- Sobre a definição do conceito de tributo: uma investigação semântica.
- Fontes do direito tributário
- Vigência, validade e interpretação da legislação tributária
- Sistema do direito e princípios tributários
- Imunidades tributárias
- Normas Gerais do Direito Tributário
- A regra-matriz de incidência: hipótese tributária e fato jurídico tributário.
- A regra-matriz de incidência: consequente tributária e fato jurídico tributário
- Lançamento e crédito tributário
- Extinção das obrigações tributárias
- Isenções tributárias

### **Bibliografia Básica:**

CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário Linguagem e Método*. 6.ed. São Paulo: Noeses.

\_\_\_\_\_. *Curso de direito tributário*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

VILANOVA, Lourival. *Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo*. 4.ed. São Paulo: Noeses, 2010.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Paulo de Barros Carvalho
<b>Disciplina:</b>	Filosofia do Direito I - Lógica deôntico-jurídica
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

O programa volta-se para o direito positivo, tomado como discurso lingüístico, procurando conhecer seu plano sintático. Firmada essa hipótese de trabalho, detém-se na investigação de suas estruturas formais. Está dividido em três partes: na **primeira**, o foco temático é a linguagem, suas funções, formas e tipos; na **segunda**, as preocupações estão voltadas para noções de lógica clássica, especialmente para o cálculo proposicional, travando breve contacto com a lógica modal alética, capítulo que serve de ponte para atingir-se a dimensão formal da linguagem prescritiva de condutas: a lógica modal deôntica. Há também, nesta segunda parte, conceitos básicos de "teoria das relações". Na **terceira**, o objetivo passa a ser a aplicação das categorias lógicas examinadas, tendo em vista a boa compreensão do sistema empírico do direito positivo. Na medida em que analisa o discurso normativo, com ênfase na instância sintática, o projeto se apresenta como uma contribuição para o estudo semiótica da linguagem jurídica, uma vez esclarecidos os domínios semânticos desta última expressão ("linguagem jurídica").

### **Bibliografia Básica:**

- CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário Linguagem e Método. 6ª ed. São Paulo: Noeses, 2015.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Derivação e Positivização no Direito Tributário. São Paulo: Noeses, 2011/2012.
- ECHAVE, Urquijo e Guiboug. Lógica, proposición y norma. Buenos Aires: Astrera, 1986.
- TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no direito tributário. 3ª.ed. São Paulo: Noeses, 2011.
- VILANOVA, Lourival. Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo. 3ª.ed. São Paulo: Noeses, 2005.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Professor Responsável:</b>	Paulo Sérgio Feuz
<b>Professor Convidado:</b>	Nelson Luiz Pinto
<b>Disciplina:</b>	Justiça Desportiva
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Desportivo
<b>Dia da semana:</b>	6 <sup>a</sup> feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Aspectos Constitucionais da Justiça Desportiva. Análise dos princípios, sanções e procedimentos aplicáveis em sede de Justiça Desportiva e pelos entes arbitrais desportivos nacionais e internacionais.

**Bibliografia Básica:**

CARRETERO LESTÓN, José Luis. El nuevo Derecho Deportivo disciplinario. Madrid, Ediciones Laborum, 2009.

DUDOGNON, Charles. Règlement des Litiges au sein du Mouvement Sportif, Paris, Dalloz, 2012.

GRADELA FILHO, Paulo et alli. Código Brasileiro de Justiça Desportiva, Curitiba, Juruá Editora, 2012.

LYRA FILHO, João. Introdução ao Direito Desportivo. Rio de Janeiro, Pongetti, 1952.

MELO FILHO, Álvaro. O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira. São Paulo, Malheiros Ed., 1995.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Pedro Estevam Alves Pinto Serrano
<b>Disciplina:</b>	Teoria Geral do Direito
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

O curso visa tratar do tema da Teoria da Decisão Jurídica, implicando distinguir a concepção positivista-analítica de Kelsen, Bobbio e Hart das concepções do positivismo crítico de Ferrajoli bem como do pensamento de Dworkin e Alexy e outras correntes de pensamento no tocante a teoria da decisão jurídica. O curso demonstrara como se deu a insatisfação teórica e axiológica contemporânea com a formulação positivista analítico-exclusivista, que coloca fora do âmbito da ciência do direito a aplicação do direito por considera-la insuscetível de um saber racional (política jurídica em Kelsen, discricionariedade em Hart e antinomia real em Bobbio), que levou ao uso da teoria dos princípios e da teoria da argumentação jurídica como métodos para reduzir ou mesmo eliminar o âmbito de plurissignificação da norma face ao caso concreto, reduzindo ou eliminando a esfera de decisão subjetiva do aplicador da norma .O curso implicara tanto no estudo crítico das concepções positivistas referidas como no da teoria dos princípios com a consequente relação entre direito e moral ,bem como da teoria da argumentação jurídica, além da teoria hermenêutica contemporânea e outras correntes de pensamento sobre o tema . Serão também abordadas outras concepções alternativas do tema.

### **Bibliografia Básica:**

- KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito, Editora Martins Fontes, SP 2006.
- FERRAJOLI, Luigi, Poderes Selvagens, Ed Saraiva, SP 2016
- HART, Herbert, O Conceito de Direito, Editora Martins Fontes, SP 2009
- ALEXY, Robert, Teoria dos Direitos Fundamentais, Malheiros Editores, SP 2008
- DWORKIN, Ronald, Levando os Direitos a Sério, Ed. Martins Fontes, SP 2010.





**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Professor Responsável:</b>	Renato Lopes Becho
<b>Professor Convidado:</b>	Isabela Bonfá de Jesus
<b>Disciplina:</b>	Direito Processual Tributário I
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Constitucional e Processual Tributário
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

A disciplina visa estimular e auxiliar o mestrando no conhecimento e na análise crítica do Direito Processual Tributário, em um ambiente de evolução do direito, inclusive quanto a alguns dos principais procedimentos disponíveis, bem como explorando as disposições do Código de Processo Civil de 2015, a partir da compreensão do sistema constitucional de proteção do cidadão e do contribuinte.

**Bibliografia Básica:**

BECHO, Renato Lopes. Filosofia do direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2009;

BECHO, Renato Lopes. Lições de direito tributário. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015;

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. São Paulo: Saraiva;

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2017;

JESUS, Isabela Bonfá de. Manual de direito e processo tributário. 4. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2017.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Ricardo Hasson Sayeg
<b>Disciplina:</b>	Filosofia do Direito I - Direito Quântico
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Análise e pesquisa das equivalências entre as bilateralidades e plurilateralidades das categorias jurídicas relacionadas, consubstanciadora de singularidades jurídicas, a partir da teoria física da relatividade, observada em conformidade com o princípio da complementaridade.

**Bibliografia Básica:**

- TELLES JUNIOR, Goffredo. O direito quântico. São Paulo: Max Limonad, [s.d.].
- REALE, Miguel. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SAYEG, Ricardo Hasson, e BALERA, Wagner. Capitalismo Humanista. Rio de Janeiro: KBR, 2011.
- EINSTEIN, Albert; INFELD, Leopold. Evolução da física. São Paulo: Zahar, 2008.
- BOBBIO, Norberto. Locke e o direito natural. Brasília: UnB, 1997.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Roberto Baptista Dias da Silva
<b>Disciplina:</b>	Direitos fundamentais e biodireito: o direito à vida e a disposição sobre o próprio corpo
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Constitucional
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

O objetivo da disciplina é propiciar o estudo de questões relacionadas aos direitos fundamentais e ao biodireito, dando ênfase à relação entre os direitos à vida e à liberdade. Assim, numa perspectiva de Direito Constitucional, as análises partirão dos conceitos de direitos fundamentais e de biodireito num Estado laico para, em seguida, abordar questões atinentes à autonomia da vontade, ao aborto, à clonagem terapêutica, à reprodução humana, ao uso de drogas, aos transplantes, às doações de órgãos e à eutanásia. O estudo desses temas exigirá, obrigatoriamente, o exame da possibilidade de renúncia a direitos fundamentais, bem como do direito à saúde, à integridade física e à intimidade, com base na dignidade da pessoa humana.

### **Bibliografia Básica:**

Dworkin, Ronald. Domínio da vida; aborto, eutanásia e liberdades individuais. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Husak, Douglas N. Drogas y derechos. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

Martínez, Fernando Rey. Eutanasia y derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2008.

Neto, Luísa. O direito fundamental à disposição sobre o próprio corpo: a relevância da vontade na configuração do seu regime. Coimbra: Coimbra, 2004.

Novais, Jorge Reis. Direitos fundamentais: trunfos contra a maioria. Coimbra: Coimbra, 2006.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Nome do Professor:</b>	Rogério José Ferraz Donnini
<b>Disciplina:</b>	Responsabilidade Civil na Sociedade Pós-Industrial
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Civil
<b>Dia da semana:</b>	5ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Curso de Direito Civil (Tutela e Direitos Fundamentais dos cidadãos e das relações civis) - Mestrado em Direito das Relações Sociais - Tema do Curso: A NOVA TEORIA CONTRATUAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL NA CONTEMPORANEIDADE. Finalidade: a análise de temas relacionados à teoria contratual atual e seus reflexos na responsabilidade civil, tais como: Dinâmica interpretativa da dignidade humana nas relações de direito civil; Boa-fé, liberdade, o princípio neminem laedere e bem comum; Segurança jurídica e o art. 2.035, parágrafo único, do Código Civil; Deveres de consideração e a culpa post pactum finitum; A teoria da imprevisão nas relações entre particulares e de consumo; Indenização punitiva; O princípio favor debilis na interpretação contratual; Wrongful conception (pregnancy), birth and life e a reparação dos danos; Responsabilidade civil entre cônjuges e companheiros; Stalking na era digital; Dano Tautológico, entre outros.

**Bibliografia Básica:**

ALPA, Guido. La Responsabilità Civile, Parte Generale, Utet Giuridica, 2010.

DONNINI, Rogério. Responsabilidade civil na pós-modernidade - felicidade, proteção, enriquecimento com causa e tempo perdido, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2015.

GUASTINI, Riccardo. Saggi scettici sull'interpretazione, Torino: G. Giappichelli Editore, 2017.

LORENÇO, Paula Meira. A função punitiva da responsabilidade civil, Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

SELLA, Mauro. I nuovi illeciti - Dani patrimonial e non patrimonial, Torino: UTET Giuridica, 2011.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Nome do Professor:</b>	Roque Antônio Carrazza
<b>Disciplina:</b>	Tributos em Espécie
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Constitucional e Processual Tributário
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

A pesquisa girará em torno dos tributos em espécie (imposto sobre a renda, IPI, ICMS, IPTU, ISS, contribuições, taxas etc.), ao lume dos princípios constitucionais tributários. A pesquisa será conduzida de acordo com as diretrizes da Escola de Direito Tributário da PUC/SP, seguindo a linha de pensamento do saudoso Mestre Geraldo Ataliba, que vem sendo aprofundada na nossa produção científica.

**Bibliografia Básica:**

- 1) Roque Antônio Carrazza - Curso de Direito Constitucional Tributário (Malheiros Editores, São Paulo, 31ª ed., 2017).
- 2) Paulo de Barros Carvalho - Curso de Direito Tributário (Saraiva, São Paulo, 18º ed., 2007).
- 3) Geraldo Ataliba - Hipótese de Incidência Tributária (Malheiros Editores, São Paulo, 6ª edição, 9ª tiragem, 2008).
- 4) Aliomar Baleeiro - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar (atualizada por Mizabel Derzi, Forense, Rio de Janeiro, 7ª edição, 1997).
- 5) Renato Lopes Becho - Lições de Direito Tributário (Saraiva, São Paulo, 3ª ed., 2015).



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

**Nome do Professor:** Suely Ester Gitelman  
**Disciplina:** Sistema Recursal à luz da Reforma Trabalhista  
**Núcleo de Pesquisa:** Direito do Trabalho  
**Dia da semana:** 3ª feira  
**Horário:** 08h00 às 12h00  
**Semestre:** 2º/2018  
**Créditos correspondentes:** 04  
**Carga horária:** 360 horas  
**Nível:** Mestrado

**Ementa:**

O programa a ser desenvolvido estudará os recursos cabíveis na Justiça do Trabalho, analisando os princípios e características da fase recursal, a repercussão da Reforma Trabalhista, a aplicação subsidiária do Novo Código de Processo Civil e suas dificuldades atuais.

**Bibliografia Básica:**

ALMEIDA, Amador Paes de Almeida. Curso Prático de Processo do Trabalho, São Paulo: Saraiva.

CINTRA, Antonio Carlos; GRINOVER, Ada Pelegrini e DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo, São Paulo: Malheiros.

MALTA, Christóvão Piragibe Tostes. Prática de Processo do Trabalho, São Paulo: LTr.

OLIVEIRA, Francisco Antonio. O processo na Justiça do Trabalho, São Paulo, RT.

SCHIAVI, Mauro. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr.



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Suzana Maria Pimenta Catta Preta Federighi
<b>Disciplina:</b>	Direito das Relações de Consumo e Tecnologia
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direitos Difusos e Coletivos
<b>Dia da semana:</b>	3ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

### **Ementa:**

Trata a disciplina dos desafios a serem enfrentados pelo direito na preservação da relação de consumo, de maneira equilibrada e transparente, diante dos evidentes avanços tecnológicos. A pesquisa e os estudos direcionar-se-ão às dificuldades de prestação e exigência da informação correta no uso da tecnologia no mercado consumidor, as dificuldades e a sustentabilidade dessas novas tecnologias, do descompasso entre os avanços tecnológicos e os métodos de contratação e fornecimento de serviços, a preservação da saúde do consumidor e defesa ambiental mediante o uso de recursos tecnológicos de ponta, bem como da sua privacidade e dados. A cadeira enfrentará também o papel das redes sociais e demais mídias, tanto como serviço prestado - veiculador de informação - ambiente contratual e de comunicação geral.

### **Bibliografia Básica:**

- ALVIM, AGOSTINHO Neves de Arruda - Da inexecução das obrigações e suas conseqüências, 5ª ed., São Paulo, 1980.
- BAUMANN, Denise - Droit de la consommation, Paris, 1977.
- GRINOVER, Ada Pelegrini et alii. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- MALFATTI, Alexandre David - "Direito-Informação no Código de Defesa do Consumidor", São Paulo: Ed. Alfabeta Jurídico, 2003.
- NERY JR, Nelson, NERY, Rosa M. A. Nery. Código de Processo Civil com.16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- STAKE, Robert E. - A Arte da Investigação com Estudos de Caso - 4ª. Edição - Fundação Calouste Gulbekian.
- YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato. Tutela dos interesses difusos e coletivos. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.



## Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

### PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Tércio Sampaio Ferraz Júnior
<b>Disciplina:</b>	Ordenamento Jurídico e Sistema
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito.
<b>Dia da semana:</b>	6 <sup>a</sup> feira
<b>Horário:</b>	07h30min às 12h30min
<b>Semestre:</b>	2º/2017
<b>Créditos correspondentes:</b>	05
<b>Carga horária:</b>	450 horas
<b>Nível:</b>	Doutorado

#### **Ementa:**

Em sede de teoria geral do direito, a positivação do direito, ocorrida no século XIX, gerou, no século XX, um conceito de ordenamento visto como sistema. Mesmo a admissão de direitos fundamentais engendrou uma forte concepção sistemática de estrutura hierárquica de normas. O conceito positivado do direito como um sistema de regras sofreu, porém, uma série de perturbações em face do fenômeno da globalização. Argumenta-se que a positivação de princípios que refletem uma determinada moralidade política da comunidade exige do aplicador do direito não somente um exercício de subsunção de casos a regras ou o recurso à discricionariedade (nos casos de indeterminação), mas uma atividade argumentativa diversificada. Na virada do século XX, ganhou peso uma concepção do direito como uma prática interpretativa e argumentativa, na qual o ordenamento se constrói a partir de uma apreciação e oposição de argumentos sobre aspectos (relevantes) de casos concretos. O curso pretende indagar das conseqüências dessa transformação para a sistematicidade das regras jurídicas; em particular, em vista da estabilidade do corpo de regras e mesmo para a possibilidade de pensá-lo como um sistema escalonado de elementos normativos. O tema da relevância, em sede pragmática, aponta para uma pluralidade estrutural a ser enfrentada sob o prisma de sua possível racionalidade. O curso pretende, assim, discutir a idéia do ordenamento como um sistema normativo, ainda que instável e constantemente sujeito à perturbação pela atividade de interpretação argumentativa, com base em casos concretos. Valer-se-á, metodicamente, de exposição teórica e seminários.





## Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

### PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

#### **Bibliografia Básica:**

KELSEN, Reine Rechtslehre, Viena, 1960 (trad. portuguesa: *Teoria pura do direito*).

REALE, Miguel: *Experiência e cultura*, 1977.

VIEHWEG, Theodor: *Topik und Jurisprudenz* (trad. bras.: *Tópica e jurisprudência*).

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 6ª ed. Brasília: UnB, 1995.

CASTANHEIRA NEVES, *O atual problema metodológico da interpretação jurídica*, Coimbra, 2003.

#### **Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?**

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



## Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

### PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Professor Responsável:</b>	Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim
<b>Professores Convidados:</b>	Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim e Nelson Luiz Pinto
<b>Disciplina:</b>	Pontos de Interesse do Novo Processo Civil
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Processual Civil
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

#### **Ementa:**

A presente disciplina tem como objetivo a análise de pontos de interesse do direito processual civil contemporâneo. Após mais de dois anos de vigência do novo código, alguns temas continuam a incitar discussões no âmbito doutrinário e jurisprudencial, merecendo uma reflexiva análise aprofundada. Por esta razão, a presente disciplina visará analisar os principais aspectos contemporâneos e polêmicos do direito processual civil, levando-se principalmente em conta as alterações promovidas pelo Código de Processo Civil de 2015 - Lei 13.105/2015, tais como os relacionados à uniformização da jurisprudência no âmbito dos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais (criação do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR, e do Incidente de Assunção de Competência - IAC), as polêmicas relacionadas à nova sistemática recursal (hipóteses de cabimento Agravo de Instrumento e Apelação), os limites objetivos e subjetivos da coisa julgada material, as estabilidades, as hipóteses de cabimento de Ação Rescisória, dentre outras. Serão tratadas na disciplina, igualmente, as repercussões do Código de Processo Civil de 2015 na legislação processual civil extravagante, bem como algumas decisões polêmicas dos tribunais superiores a respeito do direito processual civil, seja no âmbito da tutela individual seja na tutela coletiva. Todos esses pontos serão analisados e investigados ao longo da disciplina, no intuito de tentar desenvolver e sedimentar os ideais do novo processo civil, sem, logicamente, prejuízo de outras questões que se mostrem pertinentes.



# **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

## **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

### **Bibliografia**

ALVIM, Thereza. *Questões Prévias e os Limites Objetivos da Coisa Julgada*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1977.

ARRUDA ALVIM, *Manual de Direito Processual Civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento*. 17<sup>a</sup> ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

ARRUDA ALVIM, Eduardo. *Direito Processual Civil*. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

ARRUDA ALVIM. *Teresas Nulidades do Processo e da Sentença*. 8<sup>a</sup> ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

NERY JR. Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*. 18<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Vidal Serrano Nunes Junior
<b>Disciplina:</b>	Direitos Fundamentais e Ordem Social
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Constitucional
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

O objetivo da disciplina é o de investigar a organização dos direitos sociais na Constituição de 1988, partindo, para tanto, de uma visão dos direitos fundamentais em suas dimensões subjetiva e institucional, delimitando, assim, o caráter social do Estado de Direito criado pela Constituição de 1988. Adicionalmente, serão investigadas as formas de positivação e a exigibilidade judicial dos direitos sociais na nossa ordem jurídica.

**Bibliografia Básica:**

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. Ed. Malheiros

NUNES JR, Vidal Serrano. A CIDADANIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. Ed. Verbatim.

\_\_\_\_\_ & DALLARI, Sueli Gandolfi. DIREITO SANITÁRIO. Ed. Verbatim.

QUEIROZ, Cristina. DIREITOS SOCIAIS. Ed. Almedina.

MIRANDOLA, Giovanni Picco Della. Discurso sobre a Dignidade do Homem. Ed. Almedina.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Professor Responsável:</b>	Wagner Balera
<b>Professor Convidado:</b>	Carolina Alves de Souza Lima
<b>Disciplina:</b>	Direitos Humanos
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direitos Humanos
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	08h00 às 12h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Os Direitos Humanos encarnam a reflexão ética essencial dos sistemas jurídicos contemporâneos. Suma de valores que se infiltram nos textos do direito positivo, interessa perquirir sobre as particularidades das distintas correntes filosóficas na respectiva relação com os Direitos Humanos. O curso pretende propor que, a partir da abordagem axiológica, o aluno integre os saberes particulares a que irá se dedicar ao universo cultural dos Direitos Humanos.

**Bibliografia Básica:**

Comentários à Declaração Universal dos Direitos Humanos, Coordenação Wagner Balera.

A Afirmação histórica dos Direitos Humanos, Fabio Konder Comparato.

Teoria general de los derechos humanos, German J. Bidart Campos, Buenos Aires, Astrea, 1991.

Os direitos do homem e a lei natural, Jacques Maritain, Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Professor Responsável:</b>	Wagner Balera
<b>Professor Convidado:</b>	Miguel Horvath Junior
<b>Disciplina:</b>	A efetividade dos Direitos Sociais e o agir complementar entre os sistemas público e privado de Seguridade Social
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Direito Previdenciário
<b>Dia da semana:</b>	4ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Estabelecer o grau de efetividade entre os sistemas de seguridade social brasileiro com o escopo de avaliar a respectiva integração em prol do atendimento integral da comunidade protegida pelo ordenamento jurídico pátrio.

**Bibliografia Básica:**

BECK, ULRICH, La sociedad del riesgo global, Siglo XXI, Madrid, 2009

LUHMANN, Niklas, Sociologia del Riesgo, Universidad Iberoamericana, Mexico, 2006

VENTURI, Augusto, Los fundamentos científicos de la Seguridad Social, Min. Trab, Madrid, 1994.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

<b>Nome do Professor:</b>	Willis Santiago Guerra Filho
<b>Disciplina:</b>	Filosofia do Direito I - Epistemologia Jurídica
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Todos (Disciplina Obrigatória)
<b>Dia da semana:</b>	2ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Créditos correspondentes:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

Caracterização da epistemologia em geral. 2. A epistemologia jurídica. 3. Desenvolvimento histórico do pensamento científico em geral. 4. Etapas do desenvolvimento histórico da ciência jurídica. 5. O impacto das revoluções científicas do Século XX. 6. Metodologia jurídica e hermenêutica. 7. Interpretação jusfundamental do Direito. 8. Dimensão epistêmica do princípio e garantia fundamental da proporcionalidade.

**Bibliografia Básica:**

BACHELARD, Gaston. O Novo Espírito Científico, Trad. António José Pinto Ribeiro, Lisboa: Edições 70, 1986.

FERRAZ Jr., Tercio S. Introdução ao estudo do direito, São Paulo: Atlas, 2004.

GUERRA Filho, Willis S. Teoria da Ciência Jurídica. 2ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

GUERRA Filho, Willis S. Immunological Theory of Law, Saarbrücken: Lambert, 2014.

GUERRA Filho, Willis S. O Conhecimento Imaginário do Direito, Curitiba: Prismas, 2017.



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

**Nome do Professor:** Willis Santiago Guerra Filho  
**Disciplina:** Teoria Política do Direito  
**Núcleo de Pesquisa:** Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito  
**Dia da semana:** 6ª feira  
**Horário:** 08h:00 às 12h:00  
**Semestre:** 2º/2018  
**Crédito correspondente:** 04  
**Carga horária:** 360 horas  
**Nível:** Mestrado

**Ementa:**

1. Fundamentação epistemológica de uma Teoria Política do Direito. 2. Noções proteiformes do Estado: gênese da sociabilidade. 2. Precursores do Pensamento Político na Antiguidade. 3. (Cont.) Na Idade Média. 4. (Cont.) No Renascimento. 5. Clássicos do Pensamento Político na modernidade. 6. Direito, violência e política. 7. Difusão do Estado de Exceção. 8. O Estado na Sociedade Mundial: o problema da autoimunidade.

**Bibliografia Básica:**

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção, trad. Iraci D. Poletti, São Paulo: Boitempo, 2004.

ESPOSITO, Roberto. Immunitas. Protección y negación de la vida. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

GUERRA FILHO, Willis S.; Carnio, Henrique G. - Teoria Política do Direito, 2ª. ed., São Paulo: RT, 2014.

GUERRA FILHO, Willis S. Immunological Theory of Law, Saarbrücken: Lambert, 2014.

\_\_\_\_\_ - Teoria Processual da Constituição, 3ª. ed., São Paulo: RCS, 2007.





**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

<b>Nome do Professor:</b>	Willis Santiago Guerra Filho
<b>Disciplina:</b>	Direito e Poética
<b>Núcleo de Pesquisa:</b>	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa
<b>Dia da semana:</b>	6ª feira
<b>Horário:</b>	19h00 às 23h00
<b>Semestre:</b>	2º/2018
<b>Crédito correspondente:</b>	04
<b>Carga horária:</b>	360 horas
<b>Nível:</b>	Mestrado

**Ementa:**

1. Da teoria geral do direito à(s) teoria(s) do direito. 2. Da tópica à poética no direito. 3. Natureza ficcional do direito. 4. O direito posto poeticamente concebido como direito possível. 5. Direito e Tragédias Gregas. 6. Direito e Literatura. 7. Direito e Música. 8. Direito e Cinema.

**Bibliografia Básica:**

- BRUNER, Jerome. La Fábrica de Historias. Derecho, literatura, vida, México (DF): Fondo de Cultura Económica, 2003.
- CANTARINI, Paola. Teoria Erótica do Direito, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- GUERRA FILHO, Willis S.; CANTARINI, Paola. Teoria Poética do Direito, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- SATIE, Luis. Mínima Estética Jurídica, Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2009.
- SCHWARTZ, Germano; GUERRA FILHO, Willis S. (orgs.) Another Brick in the Law. Ensaios sobre Direito & Rock, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.